

Tópicos de correção

I

[cotações: 5 x 2 valores = 10 valores]

1 – Exposição sintética dos principais poderes e funções atuais do Parlamento Europeu, com menção das disposições dos Tratados em que se baseiam, bem como dos aspetos essenciais dos regimes anteriores substancialmente diversos, e contraposição com os poderes e funções de há muito reconhecidos aos parlamentos dos Estados soberanos, com semelhanças evidentes, mas também diversidades significativas, que, todavia, têm vindo a esbater-se em várias ocasiões. Apreciação crítica, prospetiva e fundamentada, apesar de sucinta, sobre a questão.

2 – Caracterização breve da jurisprudência dos tribunais da União Europeia e do seu contributo decisivo na formação e consolidação do Direito da União Europeia. Concretização desse contributo e da respetiva relevância. Relações entre a jurisprudência dos tribunais da União e a dos tribunais dos Estados membros e sua eficácia na definição e aplicação do Direito da União Europeia. Referência a alguns dos meios jurisdicionais de garantia do Direito da União previstos nos Tratados.

3 – Explicação sumária do conceito de cidadania e caracterização da cidadania da União Europeia com suas especificidades, em conexão necessária com a cidadania dos Estados membros. Origem da cidadania da União. Conteúdo essencial e efeitos da cidadania da União. Relação com a liberdade de circulação de pessoas. Indicação das disposições principais dos Tratados respeitantes à cidadania da União. Referência à jurisprudência sobre o tema e respetiva evolução (e implicações).

4 – Enquadramento da temática das liberdades de circulação económica no âmbito do estabelecimento do (Mercado Comum e, depois, do) Mercado Interno europeu. Distinção entre as liberdades de circulação de trabalhadores e de prestação de serviços, em conexão com a liberdade de circulação das pessoas e com a liberdade de estabelecimento. Explicação da diferença de natureza entre as atividades abrangidas e as especificidades de regimes jurídicos previstos, desde logo nos Tratados e também no direito derivado, por via da harmonização das legislações.

5 – Enunciado sintético do regime jurídico da União relativo aos auxílios de Estado às empresas e sua fundamentação, jurídica e económica, com explicação breve dos princípios nucleares e das situações de exceção, bem como identificação das disposições dos Tratados sobre a matéria. Questão da compatibilidade com os ordenamentos jurídicos dos Estados membros e fortes constrangimentos para estes num contexto de crescente concorrência e conflitualidade internacional.

II

[cotação: 10 valores].

Caracterização sumária da criação da União Europeia (e das Comunidades Europeias e da União Europeia) e enunciado dos seus principais objetivos em contraposição com a União Europeia no presente, com impacto nos mais diversos domínios de ação pública, após ter enfrentado e em geral superado diversas crises graves, que, apesar de terem sido defrontadas e em geral superadas, não estão completamente ultrapassadas. Entre os grandes desafios recentes incluem-se os resultantes da saída do Reino Unido (*Brexit*) e, agora, da pandemia *Covid-19*, que, em razão da sua dimensão e natureza, exigiram soluções igualmente diversas. Demonstração, através da exposição feita, da compreensão com rigor dos diversos aspetos caracterizadores da União Europeia, antecedentes, atuais e prospetivos, incluindo os meios e instrumentos existentes e os propostos e considerados mais apropriados, ou os que deveriam ser criados, para assegurar a continuidade e a coesão da União Europeia. Justificação do entendimento exposto. Identificação das disposições dos Tratados mais relevantes sobre os aspetos referidos.